



CARLOS EDUARDO DE FREITAS VIAN*
MÁRCIA AZANHA FERRAZ DIAS DE MORAES*

Diante das boas perspectivas para o açúcar e o álcool, com atração de investimentos para a expansão da capacidade produtiva das empresas já instaladas e em novas usinas nas áreas de fronteira (Oeste Paulista, Triângulo Mineiro e Centro-Oeste), cabem as perguntas:

1. Haverá mais empregos e maior renda para os trabalhadores?
2. A expansão da produção ajudará a diminuir o desemprego nas regiões produtoras?
3. Surgirão novas denúncias de más condições de trabalho?

No dia 10 de novembro de 2004, realizou-se no anfiteatro do Pavilhão de Engenharia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz-ESALQ o *Workshop Mercado de Trabalho do Setor Sucroal-*

cooleiro: Desafios Atuais e Perspectivas Futuras. A proposta central foi discutir sobre as principais iniciativas a serem tomadas na busca da resolução para o dilema entre crescimento e geração de empregos e bem-estar social no complexo agroindustrial canavieiro, frente às suas novas características competitivas, como a diversificação da produção e de produtos, as melhorias tecnológicas, fusões e aquisições etc.

A despeito da melhora significativa dos indicadores de empregos e renda nos anos 90, os indicadores revelaram, ainda, grandes disparidades regionais na lavoura da cana-de-açúcar.

• O número de empregados agrícolas formais passou de 54% para 69%, de 1992 a 2003, no Brasil, apesar de atingir, no Centro-Sul, 83%, e no

Nordeste, 59%.

• O salário médio dos empregados em São Paulo foi de R\$533,00, em 2002, enquanto no mesmo período foi de R\$ 327,00 e R\$ 277,00, em Pernambuco e Alagoas, respectivamente.

• A remuneração dos trabalhadores é maior do que em outras culturas, mesmo aquelas com mecanização, qualificação e escolaridade (como soja e laranja).

A proibição da queima da cana e a tendência de mecanização trouxeram impactos importantes sobre o mercado de trabalho. Há um *trade off* entre modernização e desemprego, que é difícil de igualar. Os trabalhadores desempregados têm menor qualificação e mais difi-

culdades para conseguir um novo emprego, seja rural ou urbano.

Houve um aumento da demanda por trabalhadores com qualificação mais elevada nas várias culturas, inclusive, na cana-de-açúcar. As possibilidades de absorção de mão-de-obra não qualificada no setor sucroalcooleiro não são positivas, mesmo perante uma expansão da área plantada.

A despeito dos investimentos realizados pela indústria na área social, além dos esforços intensivos da Confederação Nacional da Agricultura, das Associações de Fornecedores de Cana-de-Açúcar e dos organismos de fiscalização, situações pontuais podem voltar a ocorrer, principalmente nos casos de uso da figura do “gato” para contratar e gerenciar a mão-de-obra.

Apesar de a legislação e as normas trabalhistas serem criticadas pela desatualização e pelo rigor excessivo, induzindo à mecanização da agricultura, foi observado que no setor de açúcar e álcool existe uma cres-

cente preocupação em cumpri-las.

Ficou clara a necessidade de desenvolver metodologias complementares de pesquisa, que permitam avaliar as condições de trabalho (moradia, transporte, alimentação, uso de equipamentos de proteção etc.), visto que as mesmas não podem ser analisadas a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e Registros Administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS.

No âmbito externo, os países afetados pela decisão da Organização Mundial de Comércio, contra o protecionismo europeu no mercado internacional do açúcar, tenderão a buscar novas formas de proteção, com a criação de barreiras não-tarifárias. Neste contexto, a discussão das questões ambientais e sociais ganha prioridade para garantir a competitividade internacional do complexo canavieiro.

A inserção internacional do álcool e do açúcar deve ser tratada com cuidado, pois os interesses envolvidos são muito complexos e difíceis de serem conciliados em curto prazo. A recente vitória do Brasil, no âmbito da OMC, é questionada por países detentores de cotas preferenciais de exportação para a Europa, pois terão a produção e comercialização afetadas negativamente.

Embora o respeito à legislação trabalhista tenha aumentado, será necessária a discussão constante e a busca pela melhoria das condições de trabalho na área agrícola. A fiscalização do Estado e o avanço da inserção internacional do setor contribuem para a resolução da questão. As conclusões do seminário incluem também o tema ambiental, junto com a regulamentação da queimada da cana, no centro do debate e pesquisa sobre as políticas de geração de emprego e renda. ■

* Professores do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ / USP e organizadores do Workshop Mercado de Trabalho do Setor Sucroalcooleiro: Desafios Atuais e Perspectivas Futuras.



Uma indústria de lazer no interior de SP

MARINA ARIENTE*, ANTONIO CARLOS GIULIANI, OSVALDO ELIAS FARAH, NADIA KASSOUF PIZZINATTO e EDUARDO EUGÊNIO SPERS**

Considerado um dos setores mais dinâmicos do mundo econômico, o turismo cresce dia a dia. No caso do turismo rural, sua importância vai além da capacidade de gerar empregos e aumentar a renda nacional, pois fixa o homem no campo.

A população das grandes cidades, pressionada com a agitação do ambiente urbano, busca lugares que ofereçam tranquilidade e atividades típicas do homem rural. O turismo rural aparece como alternativa para o indivíduo, ao se distanciar do seu meio e seu cotidiano, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar.

Desde 1960, o turismo explodiu como possibilidade de prazer e como fonte de lucros e investimentos para milhares de pessoas. À medida que conciliava lazer, cultura, artes, esporte, o turismo se desenvolvia a cada ano, com crescente ganho de espaço nos meios de comunicação e nos negócios.

Com vistas à dinamização do turismo brasileiro, as primeiras Diretrizes da Política Nacional de Turismo foram estabelecidas em 1987. Naquela época, a EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo implementou várias ações, numa demonstração de reconhecimento do setor como importante e merecedor de normatização e fomento.

Poucas áreas da economia brasileira apresentam um desempenho tão abaixo de suas potencialidades como a do turismo. O País ocupa o maior território da América Latina e cobre quase metade de todo o continente sul-americano (47%); além de possuir uma elevada biodiversidade.

Dados divulgados pela Organização Mundial do Turismo (OMT), organismo ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), indicam o turismo como uma das principais fontes geradoras de riquezas do século XXI.

Segundo a Organização Mundial